

MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO N°: _____/2024.

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS E A ENTIDADE _____, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS**, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.205.640/0001-08, estabelecida nesta cidade, na Avenida Rio Grande do Sul, 130, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **Sr. LUIS CARLOS TURATTO**, portador da cédula de identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, doravante denominada **CONCEDENTE** e do outro _____, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida nesta cidade, na _____ nº _____, no Município de Dois vizinhos/PR, neste ato representado por seu (sua) Presidente, _____, portador do RG nº _____, CPF nº _____, doravante denominada **PROPONENTE**, resolvem celebrar o **TERMO DE COLABORAÇÃO**, com fundamento no Chamamento nº 006/2024, nos Decretos Municipais nº 18942 e 18943/2022, na Lei Federal nº 13.019/2014, sujeitando-se, no que couber, às normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e documentos emitidos pelo TCE – PR tais como a Resolução 28/2011 de 06 de outubro de 2011 alterada pela Resolução 46/2014, Instrução Normativa nº 61/2011 de 01 de dezembro de 2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração tem por objeto **FOMENTAR A PRÁTICA ESPORTIVA ATRAVÉS DE PROJETOS DE INCENTIVOS AO ESPORTE NA MODALIDADE DE FUTSAL PARA QUE ATLETAS POSSAM ATUAR E REPRESENTAR O MUNICÍPIO NAS PRINCIPAIS COMPETIÇÕES A NÍVEL MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL, OPORTUNIZANDO EM CONTRAPARTIDA A CONSTRUÇÃO DE SUAS CARREIRAS ESPORTIVAS, IMPLANTANDO POLÍTICAS PÚBLICAS QUE GARANTAM A INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO ESPORTE, VISANDO A FORMAÇÃO DE NOVOS ATLETAS, ASSIM COMO DESENVOLVER PROGRAMAS QUE OPORTUNIZEM A FORMAÇÃO INTEGRAL DO SER HUMANO, RETIRANDO CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS DOS MALEFÍCIOS DO MUNDO OPORTUNIZANDO E DESENVOLVENDO AÇÕES QUE ESTIMULEM A PREPARAÇÃO PARA EXERCER O DIREITO DE CIDADANIA E CONSEQUENTEMENTE À PRÁTICA DA ATIVIDADE FÍSICA E RECREAÇÃO SOCIAL COM O INTUITO DE ADOÇÃO DE UM ESTILO DE VIDA MAIS SAUDÁVEL**, conforme Plano de Trabalho anexo a este Termo.

Público Alvo: 250 pessoas entre crianças e jovens de 5 a 17 anos mais a categoria adulta na formação esportiva individual e coletiva.

Objetivos:

- a) Contribuir no desenvolvimento esportivo e educacional, formando e revelando atletas e cidadãos;
- b) Propiciar um futuro melhor as crianças e adolescentes beneficiados, por meio dos benefícios inerentes a pratica esportiva como: saúde, educação, disciplina, ocupação do tempo livre, afastando-os da criminalidade e das drogas;

- c) Atender a população carente do município, aumentando e qualificando o convívio social e contribuindo para diminuição dos índices de vulnerabilidade;
- d) Oferecer atividades físicas e esportivas a um público a partir dos 5 (cinco) anos de idade, que estimule seu desenvolvimento físico-motor, cognitivo e social;
- e) Divulgar e popularizar a modalidade esportiva de Futsal em Dois Vizinhos, promovendo a formação de equipes que viabilize aos atletas amadores competirem nos principais eventos municipais, estaduais e nacionais, oportunizando a construção de suas carreiras esportivas, bem como, o desenvolvimento técnico para uma dedicação mais efetiva nos Projetos/Programas;
- f) Oportunizar a prática do esporte de competição às crianças, adolescentes e adultos contemplados pelo Projeto, através da realização e participação em eventos competitivos;
- g) Proporcionar apoio e orientação às famílias por meio da oferta de ações socioeducativas e promover uma maior integração entre família, escola e incentivo ao esporte.

Metas da Contratada:

- A. Oferecer atividades físicas e esportivas;
- B. Oportunizar a prática do esporte de competição às crianças, adolescentes e adultos;
- C. Formar novos atletas;
- D. Ampliar os serviços oferecidos a fim de atender a possíveis demandas relacionadas ao esporte ativo da população local.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

A Concedente nomeia como gestor(a) do presente Termo de Colaboração o(a) Sr.(a) Leda Maria Ferrari, portador(a) do RG nº 6.317.541-2/PR e do CPF/MF n.º 023.426.399-70, conforme Portaria Municipal nº 055/2024, de 19 de junho de 2024.

Parágrafo Primeiro

Ficam nomeados(as) como Comissão de Monitoramento e Avaliação os(as) Srs.(a) Sirlene da Rosa; Marcelo Stein e Cesar Antonio Tumelero, nomeados (as) conforme Portaria Municipal nº 055/2024, de 19 de junho de 2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

I – SÃO OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE:

- a) Fornecer os recursos para a execução do objeto;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução deste termo;
- c) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação, antes e durante a vigência do objeto;
- d) promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;

- e) aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
- f) publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município;
- g) receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Proponente;
- h) elaborar parecer sobre a prestação de contas da proponente, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado e no art. 59 da Lei de nº 13.019 de 3/07/2014;

II – SÃO OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:

- a) Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Colaboração;
- b) Se responsabilizar e zelar com os bens e imóveis de uso comum do povo;
- c) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- d) Permitir livre acesso do Gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da CONCEDENTE, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, junto às instalações da PROPONENTE;
- e) Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
- f) Se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução e manter os comprovantes arquivados;
- g) Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- h) Identificar o número deste Termo de Colaboração no corpo dos documentos da despesa, e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo à CONCEDENTE, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for paga parcialmente com recursos do objeto;
- i) Divulgar este Termo de Colaboração em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento, do Órgão CONCEDENTE, descrição do objeto, valor total, valores liberados, e situação da prestação de contas, bem como atender a Lei Federal nº 12.527/2011;

j) Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência.

k) Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo de Colaboração e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública, no que dispõe o Decreto Municipal 18942/2022.

l) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;

m) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

n) Comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais eletrônicas ou recibo de autônomo (RPA), com a devida identificação do Termo de Colaboração, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;

o) Aplicar os recursos repassados pela CONCEDENTE e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;

p) Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária.

q) Não aplicar Taxa de Administração ou despesas administrativas como condição para a execução do objeto.

r) Ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até final da vigência do Termo de Colaboração;

s) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho.

t) Comprovar mensalmente e de forma integral no final do Termo de Colaboração todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho.

u) Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços.

v) Manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;

w) Comunicar a CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto;

x) Utilizar o SIT nos termos da Resolução 28/2011 deverão informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo sistema, em atendimento à Instrução Normativa nº 61/2011, especificamente no que dispõe a íntegra dos artigos 15, 16, 17 e seus parágrafos.

CLÁUSULA QUARTA – REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos integralmente com recursos desta parceria deverá obedecer ao princípio da legalidade, impessoalidade e da publicidade, mediante a contratação de pessoal para execução do projeto.

Parágrafo Único

Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre a CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Para a execução das atividades previstas neste Termo de Colaboração, no presente exercício, a CONCEDENTE transferirá a PROPONENTE, de acordo com o cronograma de execução, o valor de R\$ _____ (_____), sendo o valor mensal de R\$ _____ (_____) a ser repassado em _____ parcelas.

Parágrafo Primeiro

As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

Parágrafo Segundo

Os valores repassados pelo **Município de Dois Vizinhos** deverão ter caráter suplementar, devendo a PROPONENTE assegurar outras fontes de maneira a manter suas atividades.

Parágrafo Terceiro

A realização dos repasses financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após a assinatura do instrumento da parceria e a publicação de seu extrato no Diário Oficial, sendo glosadas as despesas realizadas em data anterior ou posterior à vigência da parceria.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A programação orçamentária que autoriza e fundamenta a celebração das parcerias é a seguinte:

Órgão	Dotação Orçamentária	Natureza da despesa
07.003	27.812.0009.2038	3.3.50.41.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, na Agência nº____, no Banco____, na Conta Corrente nº____, e aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização.

Parágrafo Primeiro

Os recursos depositados na conta bancária específica deste instrumento, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:

- a) em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e
- b) em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua aplicação estiver prevista para prazos menores.

Parágrafo Segundo

Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito, PIX), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado usar cheques para saque ou quaisquer pagamentos;

Parágrafo Terceiro

Os rendimentos financeiros dos valores aplicados não poderão ser utilizados pela Proponente.

Parágrafo Quarto

A Proponente deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

Parágrafo Quinto

A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a Proponente a participar de novos Termos de Colaborações, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

Parágrafo Único: compromete-se, ainda a Proponente, a recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Prestar contas de forma parcial a cada bimestre, e de forma integral das receitas e despesas até 90 (noventa) dias a partir do término de vigência do Termo de Colaboração segundo a Lei nº 13.019/2014, e de acordo com os critérios e indicações exigidos pela CONCEDENTE, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto e

de execução financeira, bem como entregar balanço patrimonial, balancete analítico anual, demonstração de resultado do exercício e demonstração das origens e aplicação dos recursos da Entidade parceira, segundo as normas contábeis vigentes, tendo a administração pública 150 (cento e cinquenta) dias para apreciar a Prestação de Contas.

Parágrafo Único

Quando do encerramento do Termo de Colaboração as quantias porventura excedentes deverão ser retornados aos cofres públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

Este Instrumento tem sua vigência de ____/____/____ até ____/____/____, contados a partir da data de sua assinatura, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para consecução de seu objeto, podendo ser renovado por igual período.

Parágrafo Primeiro

Havendo renovação, será aplicado o IPCA acumulado no período da parceria como meio de reajustá-la ordinariamente.

Parágrafo Segundo

A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto.

Parágrafo Terceiro

A prorrogação de ofício da vigência do termo de colaboração ou de fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

Parágrafo Quarto

Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.

Parágrafo Quinto

Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

Parágrafo Sexto

Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

Parágrafo Sétimo

Para a prorrogação de vigência das parcerias celebradas de acordo com as normas da Lei Federal 13.019/14 e Decreto Municipal nº 18942/2022 é necessário parecer da área técnica competente atestando que a parceria foi executada a contento ou justificando o atraso no início da execução.

Parágrafo Oitavo

Para aprovação da alteração, os setores técnicos competentes devem se manifestar acerca de:

- I. o interesse público na alteração proposta;
- II. a possibilidade de realizar-se novo chamamento sem prejuízo ao interesse público;
- III. a proporcionalidade das contrapartidas, tendo em vista o inicialmente pactuado, se o caso;
- IV. a capacidade técnica-operacional da organização da sociedade civil para cumprir a proposta;
- V. a existência de dotação orçamentária para execução da proposta.

Parágrafo Nona

A manifestação dos setores técnicos deverá ser encaminhada para análise jurídica, previamente à deliberação da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PROIBIÇÕES

Fica ainda proibido à PROPONENTE:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente;
- c) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Colaboração;
- d) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração;
- e) utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Colaboração;
- f) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- g) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- h) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- i) **realizar despesas com:**

A) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias;

B) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

C) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014;

D) Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo de Colaboração poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Este Termo de Colaboração poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, com cópia do Plano alterado.

Parágrafo Primeiro

Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação da CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento, ficando vedada a alteração do objeto.

Parágrafo Segundo

A Administração Pública poderá autorizar, após solicitação formalizada e fundamentada da organização da sociedade civil, o remanejamento de recursos do plano de trabalho, **dentro de cada categoria econômica da despesa corrente ou de capital**, durante a vigência do termo de colaboração e do Termo de Colaboração, desde que:

I. os recursos continuem sendo utilizados para a consecução do objeto pactuado;

II. o remanejamento ocorra dentro de cada categoria econômica da despesa corrente ou de capital;

III. não seja alterado o valor total do termo de colaboração ou do Termo de Colaboração; e,

IV. seja apresentado com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência do término da vigência.

Parágrafo Terceiro

O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Dois Vizinhos para esclarecer as dúvidas de interpretações deste Instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

Parágrafo Primeiro

E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 2 (dois) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Dois Vizinhos, de de 2024.

Luis Carlos Turatto

Prefeito

Entidade

Presidente